

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE

**Melissa Andréa Smaniotto
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

Melissa Andréa Smaniotto
(Organizadora)

Direitos Humanos e Diversidade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D598 Direitos humanos e diversidade [recurso eletrônico] / Organizadora
Melissa Andréa Smaniotto. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2019. – (Direitos Humanos e Diversidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-182-4

DOI 10.22533/at.ed.824191303

1. Antropologia. 2. Direitos humanos. 3. Minorias. I. Smaniotto,
Melissa Andréa. II. Série.

CDD 323

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Direitos humanos e diversidade”, em seu volume 1 traz à tona discussões relevantes na sociedade contemporânea a partir de uma perspectiva interdisciplinar e multifacetada, o que propicia um olhar ímpar a partir da visão de mundo de autores, revelando uma preocupação em contribuir para a temática tendo como ponto de partida o viés educacional e cultural.

Neste sentido, se evidencia a imprescindibilidade de provocação dos protagonistas da construção do conhecimento, quais sejam, educadores e alunos, para que - na realidade que estão inseridos - disseminem reflexões e despertem nos mais diversos espaços sociais, atitudes comprometidas com a efetivação dos direitos humanos.

Além das escolas e universidades, a comunidade científica à luz da antropologia aprofunda o debate dos direitos humanos voltando-se para questões referentes à sexualidade, família, gênero, raça, idade, religião e liberdade de expressão e seus desdobramentos voltados na busca incessante de respeito à diferença, aceitação, pertencimento e sobretudo, de inclusão social.

Este volume 1, composto de 25 capítulos, tem como propósito difundir e aprofundar a percepção de que os direitos humanos estão implícitos e, muitas vezes, desrespeitados, na multiplicidade de situações que permeiam o dia-a-dia, objetivando-se dar visibilidade e amadurecer possíveis caminhos que se aproximem da efetivação de tais direitos, com olhos voltados à dignidade da pessoa humana.

Melissa Andréa Smaniotto

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AFINAL, QUAL É O PAPEL DO SOCIOEDUCADOR COMO AGENTE DE DIREITOS HUMANOS?	
<i>Clawdemy Feitosa e Silva</i> <i>Sidelmar Alves da Silva Kunz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913031	
CAPÍTULO 2	14
ANDRAGOGIA: UM SABER NECESSÁRIO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EJA, PROEJA E TURMAS DE ACELERAÇÃO	
<i>Tiago Tristão Artero</i> <i>Giane Aparecida Moura da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913032	
CAPÍTULO 3	26
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NO CURRÍCULO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
<i>Andréa Souza de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913033	
CAPÍTULO 4	35
DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES DESDE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
<i>Messias da Silva Moreira</i> <i>Thaís Janaína Wenczenovicz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913034	
CAPÍTULO 5	49
EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTERCULTURALIDADE	
<i>Soraya Cunha Couto Vital</i> <i>Sônia da Cunha Urt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913035	
CAPÍTULO 6	63
GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL IRENE ORTEGA, MIRASSOL D'OESTE – MT	
<i>Cláudia Lúcia Pinto</i> <i>Ieda Maria Brighenti</i> <i>Valcir Rogerio Pinto</i> <i>Elaine Maria Loureiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913036	
CAPÍTULO 7	75
GESTOR/COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO PROMOTOR MULTIPLICADOR, DOS DIREITOS HUMANOS E DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ, NO CONTEXTO ESCOLAR	
<i>Carlos Fernando do Nascimento</i> <i>Cleonildo Mota Gomes Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913037	

CAPÍTULO 8	90
O CINEMA ALÉM DO INGRESSO PAGO: A PRODUÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA	
<i>Letícia Brambilla de Ávila</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913038	
CAPÍTULO 9	106
O CONTEÚDO DE LUTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM DIREITO A SER CONQUISTADO	
<i>Luiz Frederico Pinto</i>	
<i>Tiago Tristão Artero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8241913039	
CAPÍTULO 10	111
O PRONATEC E O DIREITO À FORMAÇÃO PARA O TRABALHO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MS	
<i>Arão Davi Oliveira</i>	
<i>Valdivina Alves Ferreira</i>	
<i>Celeida Maria Costa de Souza e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130310	
CAPÍTULO 11	128
UMA AÇÃO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA EM MATO GROSSO DO SUL	
<i>Victor Ferri Mauro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130311	
CAPÍTULO 12	141
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: SUA INTERFACE COM OS DIREITOS CULTURAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL CIDADINO	
<i>Tatiane Vieira de Aguiar Barreto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130312	
CAPÍTULO 13	157
A IMAGEM DO NEGRO NA PUBLICIDADE: COMPARATIVO BRASIL E SUÉCIA	
<i>André Isídio Martins</i>	
<i>Jaci de Fátima Souza Candiotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130313	
CAPÍTULO 14	171
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO: O ETNOCENTRISMO RELIGIOSO LEGITIMANDO ABUSOS	
<i>Francisco das Chagas Vieira dos Santos</i>	
<i>Clara Jane Costa Adad</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130314	

CAPÍTULO 15 184

A REPRESENTAÇÃO E O LUGAR DO NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Lídia Maria Nazaré Alves
Aparecida Gomes Oliveira
Murilo Américo da Silva
Fabírcia Santos Miguel

DOI 10.22533/at.ed.82419130315

CAPÍTULO 16 194

ADOÇÃO DE CRIANÇAS NEGRAS: PRECONCEITO X A PRÁTICA INCLUSIVA

Fabianne da Silva de Sousa
Maira Nunes Farias Portugal

DOI 10.22533/at.ed.82419130316

CAPÍTULO 17 206

AS BORDADEIRAS DA COMUNIDADE ESPÍRITA DISCÍPULO DE JESUS COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL - BAIRRO NOVA LIMA – CAMPO GRANDE – MS

Mariel Guerreiro da Fonseca Martins
Dolores Ribeiro Coutinho
Maria Augusta de Castilho

DOI 10.22533/at.ed.82419130317

CAPÍTULO 18 216

BANCADA PARLAMENTAR EVANGÉLICA: UMA MORAL RELIGIOSA QUE LIMITA A APLICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Larissa Maria de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.82419130318

CAPÍTULO 19 228

CULTURA SURDA E LITERATURA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM EXERCÍCIO DE DIREITO AO ESTUDANTE SURDO

Michele Vieira de Oliveira
João Paulo Romero Miranda
Rosana de Fátima Janes Constâncio
Adriano de Oliveira Gianotto
Andréa Duarte de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.82419130319

CAPÍTULO 20 237

DESCOLONIZAR A UNIVERSIDADE: POR METODOLOGIAS DESCOLONIAIS E FEMINISTAS NO ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO

Roberta Laena Costa Jucá
Vanessa Oliveira Batista Berner

DOI 10.22533/at.ed.82419130320

CAPÍTULO 21	258
DIREITO DOS IDOSOS EM UMA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	
<i>Ane Milena Macêdo de Castro</i>	
<i>Josyenne Assis Rodrigues</i>	
<i>Gleice Kelli Santana de Andrade</i>	
<i>Anna Alice Vidal Bravahlieri</i>	
<i>Danielle Mayara Rodrigues Palhão de Rezende</i>	
<i>Lariane Marques Pereira</i>	
<i>Francielly Anjolin Lescano</i>	
<i>Tuany de Oliveira Pereira</i>	
<i>Alexandra Bazana da Silva Costa</i>	
<i>Edivania Anacleto Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130321	
CAPÍTULO 22	263
DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E SEXUALIDADES: SOBRE CONSERVADORISMOS, FUNDAMENTALISMOS E PÂNICOS MORAIS	
<i>Cristiano Figueiredo dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130322	
CAPÍTULO 23	279
O SISTEMA DE COTAS PARA INGRESSO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS À LUZ DAS AÇÕES AFIRMATIVAS E DOS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
<i>Aparecida França</i>	
<i>Katlein França</i>	
<i>Reginaldo França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130323	
CAPÍTULO 24	294
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Sandra Maria Rebello de Lima Francellino</i>	
<i>Luciane Pinho de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130324	
CAPÍTULO 25	305
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E O RECONHECIMENTO DA IGUALDADE NA DIFERENÇA: UMA EXPERIÊNCIA DE APROXIMAÇÃO ENTRE JOVENS DE DIFERENTES REALIDADES	
<i>Alaine Elias Amaral</i>	
<i>Lorene Almeida Tiburtino-Silva</i>	
<i>Josemar de Campos Maciel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.82419130325	
SOBRE A ORGANIZADORA	314

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL IRENE ORTEGA, MIRASSOL D'OESTE – MT

Cláudia Lúcia Pinto

Universidade do Estado de Mato Grosso –
UNEMAT.
Cáceres – MT.

Ieda Maria Brighenti

Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia.
Cuiabá – MT.

Valcir Rogerio Pinto

Universidade do Estado de Mato Grosso –
UNEMAT.
Cáceres – MT.

Elaine Maria Loureiro

Universidade do Estado de Mato Grosso –
UNEMAT.
Cáceres – MT.

RESUMO: O conceito de gestão escolar está associado ao fortalecimento da democratização de todo o processo educacional, possibilitando a participação coletiva de todos os segmentos escolares, com resultados cada vez mais significativos. O modelo de gestão democrática constitui-se, assim, em uma forma de conduzir a instituição escolar com garantia de participação, transparência e, sobretudo, democracia. Esta pesquisa teve por objetivo analisar a participação dos profissionais da educação nas decisões administrativas e pedagógicas em uma escola pública de Mirassol d'Oeste – MT. A pesquisa foi desenvolvida por meio

de questionário estruturado aplicado aos profissionais da educação da unidade escolar. A gestão da Escola Estadual Irene Ortega foi classificada como uma gestão democrática e participativa, visto que a mesma trabalha em torno dos princípios da gestão democrática, como participação, descentralização do poder, transparência, igualdade e respeito entre todos os membros da instituição escolar. Há boa participação dos diferentes segmentos da escola, porém, ainda é imprescindível maior sensibilização dos profissionais da educação e comunidade escolar em geral em relação à importância de sua participação, para assim, haver, de fato, uma gestão 100% democrática e participativa. Assim, conclui-se que é de fundamental importância a vivência da gestão democrática na escola para um ensino de melhor qualidade e satisfação de todos os envolvidos nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Democracia; Escola pública.

ABSTRACT: The concept of school management has always been associated with stronger democratization throughout the educational process, which makes possible group participation in all segments and gets thus more and more significant results. The democratic managing model is a way of carrying out schools with guarantees of participation, transparency

and, mainly, democracy. This paper aimed at analyzing the participation of education professionals in making, both administrative and pedagogical, decisions at a public school in Mirassol d'Oeste-MT. The study was done by structured questionnaire applied to the education professionals of the school unit. The management of Escola Estadual Irene Ortega was considered participative and democratic, as it is under principles of democratic management such as participation, power decentralization, transparency, equality and also respect among all of its members. There is a good participation of the different parts of the school but it is also necessary a greater sensibilization of those professionals, as well as the general school community, of the importance of their taking part in it for a fully democratic and participative management. Thus, it is considered as vital importance the continuing of democratic management at schools for a better quality teaching and bigger satisfaction of all of those involved in it.

KEYWORDS: Education; Democracy; Public school.

1 | INTRODUÇÃO

A gestão democrática da escola pública, que visa à participação da comunidade, a autonomia e a descentralização do poder, tem ganhado ênfase nas políticas educacionais do Brasil, desde o final da década de 80, com a reformulação da organização e da gestão da educação brasileira, especialmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e Lei 7.040/98 que estabelece a Gestão Democrática do Ensino Público Estadual de Mato Grosso (BRASIL, 1996; MATO GROSSO, 1998; ANTUNES; CARVALHO, 2008).

O conceito de gestão escolar está intrinsecamente associado ao fortalecimento da democratização de todo o processo pedagógico, possibilitando a participação coletiva com resultados cada vez mais significativos. O modelo de gestão democrática constitui-se, assim, em uma forma de conduzir a instituição escolar com garantia de participação, transparência e, sobretudo, democracia (SOUSA; OLIVEIRA, 2011).

A gestão escolar democrática e descentralizada, prevista pela Constituição Federal de 1988, ganhou legislação própria com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seus artigos 3º, 14 e 56, que garante mecanismos de gestão democrática para a escola pública, por meio da descentralização pedagógica, administrativa e financeira.

Nesse novo cenário da educação, especialmente na educação pública, é inquestionável a importância da ação do gestor da escola para garantir a efetivação das conquistas legais e a democratização do poder. Na escola democrática, o gestor é quem facilita a interação e participação da escola com a comunidade, de forma que a escola seja aberta a propostas inovadoras de forma participativa e democrática, visando o bem comum de toda comunidade (ANTUNES; CARVALHO, 2008; SOUSA; OLIVEIRA, 2011). De acordo com Paro (1987, p.2), “se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos”.

Um instrumento essencial da gestão escolar democrática é a elaboração do Projeto Político-pedagógico. A existência de uma escola requer o trabalho de muitas pessoas que interferem direta ou indiretamente no seu cotidiano. Dessa forma, é preciso envolver todos os setores da escola – equipe pedagógica, administrativa e comunidade – na elaboração e/ou reelaboração do Projeto Político-pedagógico, documento fundamental, norteador das ações que formam a identidade da escola. Construído por várias mãos, este deve ser o “retrato da escola”, com seus limites e perspectivas (LONGHI; BENTO, 2006; PICOLI; CARVALHO, 2008; SOUSA; OLIVEIRA, 2011).

Conforme Galina e Carbello (2008) a compreensão das instâncias colegiadas também é fundamental, visto que uma das características da democracia é o compartilhamento das decisões e informações. Isto significa envolver pais, alunos, professores e demais funcionários na gestão escolar. As decisões tomadas coletivamente tem um valor qualitativo muito maior, pois representam verdadeiramente os anseios da comunidade.

Nesse contexto, o Conselho Escolar é o órgão mais importante do processo de gestão democrática, como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola. Sua participação deve estar ligada, prioritariamente, à essência do trabalho escolar. Assim, seu enfoque principal é acompanhar o desenvolvimento da prática educativa e do processo ensino-aprendizagem (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004). De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), reconhecemos que a boa relação entre a escola e a sociedade no contexto da gestão democrática possibilita aprimorar a qualidade social da educação, garantindo a unidade nos processos de tomada de decisões a partir da participação de todos com um propósito comum (SOUSA; OLIVEIRA, 2011).

Nessa perspectiva, faz-se necessário estudo acerca da gestão das escolas públicas, investigando como as comunidades escolares estão colocando em prática os princípios de democracia no que diz respeito à participação na elaboração/reelaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) bem como nas demais decisões no campo administrativo e/ou pedagógico.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a participação da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas de uma escola pública de Mirassol d’Oeste – MT, tendo em vista a importância de uma gestão democrática voltada para a promoção de um processo ensino-aprendizagem com qualidade e participação de todos.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Irene Ortega, uma das nove escolas públicas estaduais do município, localizada no bairro Cohab, em Mirassol d’Oeste – MT (Figura 01).

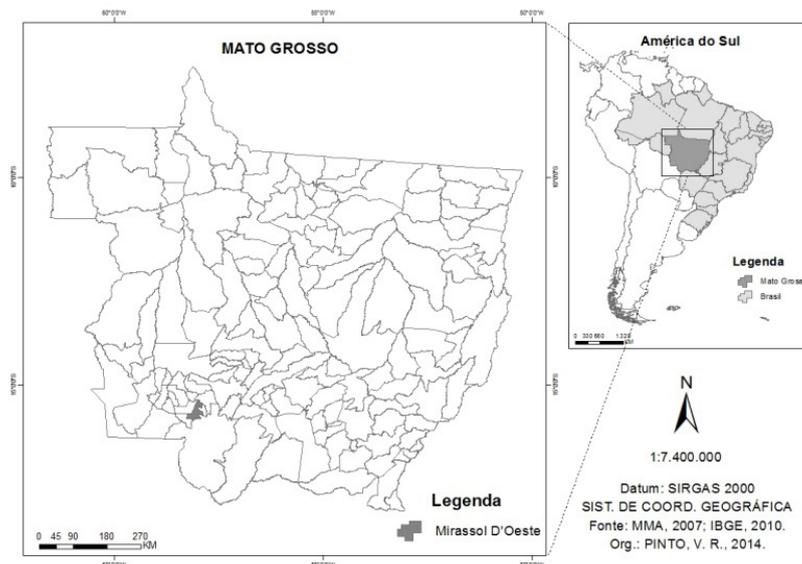


Figura 1. Localização geográfica do município de Mirassol D'Oeste, Mato Grosso, Brasil.

A unidade escolar oferece o Ensino Fundamental no período diurno e os Ensinos Fundamental e Médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos – no período noturno. A escola possui 35 funcionários em exercício, sendo 16 efetivos e 19 interinos. Alguns deles possuem carga horária muito pequena, sendo, portanto, pouco participativos nesta unidade escolar e mais atuantes na unidade escolar em que possui carga horária maior. O corpo discente corresponde a aproximadamente 250 alunos. No período noturno há uma maior predominância de alunos adultos, os quais trabalham durante o dia e cursam a modalidade EJA, a fim de recuperar o tempo perdido fora da sala de aula.

Um questionário estruturado contendo questões objetivas e dissertativas foi aplicado aos profissionais da educação da referida unidade escolar, por amostragem. Participaram da pesquisa diretora, equipe pedagógica, professores e funcionários não docentes (CASTOLDI; BERNARDI; POLINARSKI, 2009).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos questionários respondidos, é possível analisar se a unidade escolar em questão está vivendo uma gestão democrática e participativa e como está ocorrendo a participação da comunidade escolar.

Para uma gestão democrática, o primordial é trabalhar em consonância com o Projeto Político-pedagógico da escola. Quando questionados sobre o conhecimento do PPP da escola, 100% dos entrevistados afirmaram conhecer o documento. O Projeto Político-pedagógico deve ser construído coletivamente pelos vários segmentos da escola, como alunos, pais, professores, gestores, funcionários e representantes da comunidade local. Segundo Longhi e Bento (2006, p. 01) “o projeto norteia o trabalho da escola por encaminhar ações para o futuro com base na sua realidade atual e

sua história”. Por isso, é fundamental que este seja construído com a participação de todos.

Conforme a maioria dos entrevistados, a elaboração/reelaboração do PPP na referida escola ocorre por meio de reuniões com a comunidade escolar, geralmente na semana pedagógica, com a leitura do mesmo e de outras fontes, embasados nas orientações da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Há participação de parcela significativa de profissionais da educação, sendo ouvidas as opiniões e sugestões dos participantes e atendidas, quando pertinentes. Entretanto, ainda não é suficiente a participação da comunidade. Conforme abordado por um dos entrevistados, alguns não participam devido à indisponibilidade de tempo e/ou, às vezes, falta de interesse. Ocorre também que alguns profissionais ainda não estão contratados no período em que estas questões são discutidas, no início do ano letivo.

Para que o Projeto Político-Pedagógico de uma escola realmente tenha significado, todos os envolvidos nesse processo devem estar cientes de que fazem parte dele, tendo em vista sua importância, para que este não seja apenas um documento, mas um instrumento norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática. É fundamental que haja uma sensibilização do grupo sobre a importância de todos os seus integrantes participarem e serem coautores do PPP. Essa sensibilização deve atingir a todos, comprometendo-os na elaboração do projeto. Isso pode ocorrer por meio de discussões entre o grupo e conversas sobre o que esses agentes sonham para o futuro e o que pensam ser essencial para viverem felizes. Quando não ocorre essa sensibilização dos envolvidos, muitos acabam desistindo de participar em virtude de não entenderem a proposta ou, simplesmente, não se verem como parte importante na construção (LONGHI; BENTO, 2006).

Em relação aos projetos desenvolvidos pela escola no intuito de melhorar a qualidade do ensino aos alunos, trabalhando de forma interdisciplinar ou não, todos afirmaram estar inseridos em algum dos projetos. Nesse sentido, Barros (2010) afirma que o objetivo de se trabalhar com projetos na escola é o de proporcionar um ambiente favorável ao saber, dinamizando a aprendizagem e abrindo um espaço de trocas de conhecimento, entre o professor e os alunos.

O desenvolvimento de projetos na escola dá um sentido mais amplo às práticas escolares. Além disso, trabalhando de forma interdisciplinar, evita a fragmentação dos conteúdos e torna os alunos corresponsáveis pela própria aprendizagem (MOÇO, 2011). Segundo Prado (2003, p.2), “na pedagogia de projetos, o aluno aprende no processo de produzir, de levantar dúvidas, de pesquisar e de criar relações, que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento”.

O trabalho com projetos não deve ser visto apenas como uma forma diferenciada da metodologia, mas sim como uma maneira de resignificar a função da escola. Para isso, é necessário mudar a concepção de ensino e aprendizagem e, logo, na postura do próprio professor (PRADO, 2003).

Analisando a participação da comunidade escolar nos eventos realizados

pela escola, desde reuniões pedagógicas e administrativas até palestras e eventos comemorativos, os profissionais da educação relataram haver uma boa participação, porém, ainda é preciso que mais membros da comunidade escolar tomem consciência da importância de sua participação. Conforme alguns autores, o fato de pais e professores atuar juntos nos aspectos educacionais estabelece situações de aprendizagem de mão dupla, com cooperação entre ambos, obtendo melhoras significativas no processo ensino-aprendizagem dos alunos (VIVAN, 2008).

Todos os educadores entrevistados afirmaram também participar das reuniões administrativas e/ou pedagógicas na escola no decorrer do ano, todavia, um deles relatou participar das reuniões, porém não opinar nem propor sugestões de melhorias no processo ensino-aprendizagem dos alunos e para as questões administrativas da escola. Segundo Longhi e Bento (2006), há diversas formas de os funcionários participar: se informar do que ocorre na escola; buscar as questões que influenciam o trabalho desenvolvido na escola; relatar, por meio de questionários e entrevistas, sua prática e o que acreditam ser necessário mudar para ter um ensino de melhor qualidade; procurar trazer soluções para as questões-problema da escola, entre outras.

Longhi e Bento (2006) afirmam ainda que a participação dos diferentes segmentos da escola faz com que, na sua individualidade, cada integrante perceba a importância da sua função em relação à organização e o funcionamento da escola. Nesse sentido, todos os entrevistados relataram que as opiniões/sugestões dos diferentes segmentos da unidade escolar são ouvidas e levadas em consideração pela gestão da escola, o que torna prazerosa e significativa a participação dos integrantes da instituição escolar.

Nesse contexto, as reuniões pedagógicas são momentos de reflexão em que todos os envolvidos podem colaborar para melhorias no processo de ensino-aprendizagem. As reuniões administrativas e assembleias com a comunidade em geral também se constituem num excelente mecanismo de participação. Além disso, esses encontros propiciam um ambiente de comunicação, trocas de experiências, respeito entre os indivíduos e elimina os grupos de poder dentro da escola (PETRIS; CARBELLO, 2008).

Ocorre, como já mencionado, a ausência de integrantes da escola nas reuniões devido a indisponibilidade de tempo, devido ao corre-corre diário. Assim, na maioria das vezes, como relata Longhi e Bento (2006), os encontros presenciais com todos os integrantes são quase impossíveis. Assembleias gerais, com a participação de um número significativo de participantes enriquecem o debate, porém não se deve inviabilizar a construção de um projeto ou um evento tendo em vista a impossibilidade de reunir todos. Dessa forma, os autores afirmam que, nesse caso, primeiramente, se deve festejar os presentes ao invés de se lamentar os ausentes e depois, encontrar meios de fazer com que essa participação ocorra com mais integrantes da instituição.

Longhi e Bento (2006) trazem também algumas formas de promover a participação de um número maior de pessoas na escola, mesmo a distância. Aos que têm acesso facilmente ao mundo virtual, encontros por meio da rede de computadores é uma boa alternativa. Aos que não têm acesso a esse meio de comunicação, há de se pensar em

outros meios. No ato da matrícula, por exemplo, pode ser entregue um questionário às famílias para que respondam e devolvam no primeiro dia de aula. Outra maneira é marcar uma entrevista particular com os pais ou responsáveis dos alunos, com liberdade para eles expor seus pontos de vista, mesmo em relação a assuntos que não foram previstos para o momento. Visitas domiciliares também podem ajudar a conhecer a realidade das famílias. Pode ainda desenvolver projetos que busquem retratar a identidade socioeconômica-cultural de cada criança na própria sala de aula, ou ainda o professor pode obter informações dos alunos por meio de desenhos que as crianças façam retratando a sua realidade, os seus desejos e seus sonhos em relação à vida e à escola.

Tendo em vista que professores e demais funcionários da escola devem ter um comprometimento profissional e ético em relação à qualidade da educação, é necessária a sensibilização destes em relação ao assunto. Além disso, os alunos e seus familiares precisarão encontrar força e motivação na equipe de funcionários da escola para confiarem na importância desta construção coletiva (LONGHI; BENTO, 2006).

Fica claro então, que a busca de uma gestão democrática inclui, obrigatoriamente, uma ampla participação de representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas. Uma ampla participação garante a transparência das decisões e o controle sobre os acordos estabelecidos, contribuindo para que sejam contemplados os interesses de todos os segmentos da escola (VEIGA, 2002).

Borges e Altoé (2008) reforçam a ideia de que a escola que se preocupa com a democracia deve, não apenas eleger seu gestor de forma democrática, mas também dar oportunidades para que seus professores, pais, alunos, funcionários, equipe pedagógica, ou seja, toda a comunidade escolar, tomem as decisões necessárias ao seu bom funcionamento e conseqüente cumprimento de sua função social, de forma coletiva. No entanto, a gestão democrática na escola pública não pode ocorrer fora do princípio universal da organização. Conforme os autores, a participação de seus integrantes deve ocorrer, especial e preferencialmente, por meio dos órgãos colegiados, para que não se corra o risco de, em vez de contribuir, ser extremamente danosa à vida da escola.

Segundo Antunes e Carvalho (2008), a ação do gestor da escola é de extrema importância para garantir a efetivação das conquistas legais e a democratização das relações e do ensino. Por ser a autoridade máxima na escola, o gestor que prima por uma gestão democrática deve exercer sua função baseada na liderança e competência, mantendo a escola em atividades harmoniosas, participativas e produtivas, pois a essência da gestão é fazer a instituição operar com eficiência e sua eficácia depende, em grande parte, do exercício da liderança (BETTINI et al., 2010).

Nessa perspectiva, os entrevistados enfatizaram que, numa gestão democrática e participativa, o diretor/gestor escolar deve administrar/gerir a escola de forma

transparente e envolver todos os segmentos da comunidade escolar, ou seja, garantir que todos os membros tenham liberdade para expor suas ideias, além de estar aberto às opiniões, sugestões e possíveis mudanças e trabalhar em prol da sensibilização dos demais membros a respeito da importância da participação de cada um. De acordo com Lück (2009), uma das competências básicas do diretor escolar é exatamente a de promover na comunidade escolar o entendimento do papel de todos a respeito da educação e da função social da escola, de modo a haver unidade e efetividade no trabalho de todos.

Segundo os profissionais entrevistados, alguns dos princípios da democracia é a igualdade e o respeito entre todos os segmentos da unidade escolar. O que garante uma gestão educacional democrática e participativa é a eficácia do gestor em trabalhar de forma coletiva. Dessa forma, eles reforçam que ao diretor/gestor da unidade escolar compete a ação de coordenar as relações entre todos os profissionais, alunos e demais membros da comunidade, enfocando uma educação que permita uma relação democrática e participativa entre ambos. Lück (2009) corrobora com esta ideia, quando afirma que na escola, o diretor é o profissional responsável pela liderança e organização do trabalho dos que nela atuam, orientando-os no desenvolvimento do ambiente educacional, promovendo aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, capacitando-os a enfrentar e superar os desafios que lhes serão apresentados.

O gestor escolar pode ser comparado a um maestro, onde o sucesso de seu trabalho depende do empenho e do saber-fazer dos demais participantes da orquestra. Isso deixa claro que o diretor não trabalha sozinho, mas como uma orquestra, em que ele dá os comandos, está à frente, e os membros da equipe executam tarefas fundamentais para atingir o sucesso. Cabe ao gestor incentivar (BETTINI et al., 2010).

Vale ressaltar, conforme os profissionais da referida unidade escolar, que o diretor/gestor não deve dedicar-se apenas a parte administrativo-burocrática da escola, e se afastar da parte pedagógica, pois é de extrema importância sua participação em todos os setores da escola, principalmente no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem dos alunos. Para que haja de fato uma gestão democrática na escola é fundamental a existência de espaços propícios para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004). Uma escola dita democrática deve estar aberta ao diálogo com toda a comunidade escolar, sem distinção e criar novos meios de se adaptar à participação efetiva de todos os membros.

Nessa perspectiva, a gestão da Escola Estadual Irene Ortega foi classificada pelos funcionários entrevistados como uma gestão democrática e participativa, visto que são constantes as reuniões para tomada de decisões, onde todos têm o direito e o dever de expressar suas ideias, sugestões e opiniões. Foi enfatizado ainda que, eventualmente, as sugestões não têm garantia no atendimento, pois nem sempre os problemas dependem apenas do gestor ou do CDCE, mas de hierarquias superiores

a estas, como a Secretaria de Estado de Educação.

Os profissionais da educação da referida unidade escolar relataram ainda que são sempre informados das atividades realizadas na escola. Conforme Cesar Luiz (2008), a prática do diálogo é uma alternativa que leva os gestores, em parceria com as instâncias colegiadas, “a uma verdadeira práxis como ação e reflexão para uma educação transformadora”. Isso reforça a importância do diálogo para que as relações dentro da escola ou de qualquer outro ambiente aconteçam de forma mais humana.

Mais um instrumento fundamental para uma gestão escolar democrática é o Conselho Escolar (SOUSA; OLIVEIRA, 2011), espaço em que os integrantes da instituição podem exercer seus direitos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004). Apesar disso, cerca de 44% dos entrevistados afirmaram nunca ter participado de um Conselho Escolar. Os outros 56% disseram que participam ou já participaram (Figura 2).



Figura 2. Representação gráfica das respostas dos profissionais da educação à questão: Você participa ou já participou de algum Conselho Escolar?

Nesta instância, a gestão deixa de ser o exercício de uma só pessoa, passando a ser uma gestão colegiada, na qual os segmentos escolares e a comunidade local se congregam para, juntos, construir uma educação de qualidade. Assim, divide-se o poder e também, as consequentes responsabilidades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004). O conselho dá uma grande contribuição à escola, pois atua na elaboração de alternativas a fim de garantir e assegurar um ensino de qualidade social. Dessa forma, seu papel é imprescindível, tanto no aspecto administrativo, quanto na dimensão pedagógica. (BETTINI et al., 2010).

Ainda segundo o Ministério da Educação (2004), é fundamental compreender que a educação é uma prática social que visa o desenvolvimento de cidadãos conscientes, autônomos e emancipados. Nessa perspectiva, o Conselho Escolar, como um mecanismo de gestão democrática colegiada, tem por função básica conhecer a realidade e indicar caminhos que levem à realidade desejada.

Aproximadamente 90% dos profissionais que foram questionados afirmaram conhecer os membros do CDCE e a rotina das ações deste conselho na comunidade

escolar (Figura 3). De acordo com eles, os membros do CDCE se reúnem periodicamente para discutir sobre os assuntos da escola e tomar as decisões cabíveis a este órgão colegiado. O CDCE e a direção da escola não medem esforços para atuar em busca de melhorias para a escola, tanto no campo administrativo quanto no campo pedagógico. Vale ressaltar que os dados e as informações analisados pelo Conselho Escolar e as decisões tomadas devem ser divulgados a toda a comunidade escolar (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).



Figura 3. Representação gráfica das respostas dos profissionais da educação à questão: Você conhece os membros e a rotina das ações do CDCE na comunidade escolar?

De acordo com Bettim et al. (2010), compartilhando os direitos e deveres e exercendo a cidadania é que verdadeiramente se faz uma gestão democrática, que tem como objetivo principal a aprendizagem do aluno. O Conselho Escolar constitui a própria expressão da escola, uma vez que dá voz aos diversos integrantes da instituição escolar que, coletivamente, construirão uma gestão que assegura autonomia e qualidade à escola.

Para saber se houve um processo democrático num determinado país ou instituição, deve-se procurar saber se aumentou o número de membros que têm direito de participar das decisões que lhes dizem respeito e os espaços nos quais podem exercer esse direito (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004). Assim, as instâncias colegiadas, como o Conselho Escolar e Grêmios Estudantis, por exemplo, constitui em exemplos desses espaços, entre tantos outros possíveis. A Escola Estadual Irene Ortega não possui Grêmios Estudantis.

4 | CONCLUSÕES

A democratização da educação é um direito constitucional, no entanto, ela se tornará efetiva e real somente mediante a participação de toda a comunidade escolar, opinando, discutindo, refletindo e interferindo nas decisões administrativas e pedagógicas da instituição.

Nessa perspectiva, a gestão da referida unidade escolar foi classificada como uma gestão democrática e participativa, mediante análise dos questionários respondidos pelos profissionais da educação, tendo em vista que a mesma trabalha em torno dos princípios da gestão democrática, como participação, descentralização do poder, transparência, igualdade e respeito entre todos os segmentos da unidade escolar.

Como visto, é extremamente importante a vivência da gestão democrática na escola para um ensino de melhor qualidade e satisfação de todos os envolvidos nesse processo. Apesar de haver boa participação dos diferentes segmentos da escola, ainda é necessária maior sensibilização dos profissionais da educação e comunidade escolar em geral em relação à importância de sua participação, para assim haver, de fato, uma gestão 100% democrática e participativa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Rosmeiri Trombini; CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. O gestor escolar. IN CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de et al. (org.) **Gestão Escolar**. Maringá-PR: Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2008. 132p.

PETRIS, Marlene; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. Regimento escolar perspectiva democrática para a gestão disciplinar. IN CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de et al. (org.) **Gestão Escolar**. Maringá-PR: Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2008. 132p.

BARROS, Jussara de. **Projetos Escolares: A Motivação para Aprender**. 2010. Disponível em: <<http://www.educador.brasilecola.com/orientacoes/projetos-escolares-motivacao-para-aprender.htm>> Acesso em: 27 Ago. 2013.

BETTIM, Claudia; PEREIRA, Célia; TREVIZANI, Josiani Pancieri; PEREIRA, Silvani. **Gestão democrática escolar: um estudo de caso na EMEF □Dr. Renato Araújo Maia□**. 2010. 58p. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Faculdade Capixaba de Nova Venécia. Nova Venécia.

BORGES, Benedito; ALTOÉ, Neusa. **Gestão democrática da escola pública perguntas e respostas**. IN CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de et al. (org.) **Gestão Escolar**. Maringá-PR: Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2008. 132p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CASTOLDI, Rafael; BERNARDI, Rosângela; POLINARSKI, Celso Aparecido. Percepção dos problemas ambientais por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, v.1, n.1, p.56-80, 2009.

CESAR LUIZ, Nilma de Oliveira. **O diálogo na efetivação da Gestão Escolar Democrática**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Ponta Grossa. 2008. 74p.

GALINA, Irene de Fátima; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. Gestão democrática e instâncias colegiadas. IN CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de et al. (org.) **Gestão Escolar**. Maringá-PR:

Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2008. 132p.

LONGHI, Simone Raquel Pagel; BENTO, Karla Lucia. Projeto Político-pedagógico: uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. v. 3, n. 9, p. 173-178, 2006.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. 143p.

MATO GROSSO. Lei nº 7.040, de 1º de Outubro de 1998. Diário Oficial do Estado, Cuiabá, MT, 1º Out. 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Programa nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília □ DF, 2004. 69p.

MOÇO, Anderson. **14 perguntas e respostas sobre projetos didáticos**. 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/14-perguntas-respostas-projetos-didaticos-626646.shtml?page=0>> Acesso em: 27 Ago. 2013.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. **Cad. Pesq. São Paulo**. v. 60, p. 51-53, 1987.

PICOLI, Elaine Sinhorini Arneiro; CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Gestão democrática e a construção coletiva do Projeto político-pedagógico. IN CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de et al. (org.) **Gestão Escolar**. Maringá-PR: Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2008. 132p.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **Pedagogia de Projetos**. Gestão Escolar e Tecnologias. 2003. 14p.

SOUSA, Dalvaneide Confessor de; OLIVEIRA, Roberto Veras de. **Desafios da gestão democrática na escola**: estudo de caso na Escola Municipal do Ensino Fundamental Senador José Sarney (Cacimba de Dentro - PB). 2011. 19p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal). Paraíba.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14 ed. Campinas: Papirus, 2002.

VIVAN, Dirceu. **A gestão escolar na educação democrática**: construção participativa da qualidade educacional. 2008. 118p. Monografia (Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Estadual de Londrina-UEL. Londrina.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-182-4



9 788572 471824